

## Lobão teme que rolagem de dívidas afete a estabilidade

*Segundo o senador, emissões para pagar precatórios resultaram em aumento do nível de endividamento dos governos e provocaram a deterioração das finanças de estados e municípios*



Gilberto Miranda (E) é o autor do substitutivo aprovado na comissão presidida por Francelino Pereira

### Ademir pede tempo para acordo em Serra Pelada

O senador Ademir Andrade apelou ao presidente da República para que não mande as Forças Armadas desalojar os garimpeiros de Serra Pelada até que seja encontrada uma solução satisfatória no impasse entre os trabalhadores e a Vale do Rio Doce.

Página 5

### Telefonia celular na pauta de comissões hoje

O projeto que permite a participação de empresas privadas na telefonia celular entra na pauta de três comissões, em reunião conjunta. Página 7

## Código de Trânsito poderá ser votado hoje em plenário

O plenário do Senado deve votar hoje o substitutivo do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) ao projeto que institui o Código de Trânsito Brasileiro. "A questão do trânsito de veículos tem sido considerada como uma ferida maltratada, que se alastra com extrema velocidade pelo corpo da sociedade brasileira", diz o relator. O substitutivo foi aprovado por comissão especial presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Entre as medidas propostas no relatório encontram-se algumas de cunho educativo, como a que obriga a

difusão gratuita pelo rádio e televisão de campanhas relacionadas ao trânsito. O projeto gradua o valor das multas de acordo com o tipo de infração: gravíssima, grave, média e leve. A penalidade maior corresponde a 180 Ufirs, ou cerca de R\$ 150,00, podendo, de acordo com o grau de infração, ser multiplicada por cinco.

Transcorre hoje o terceiro dos cinco dias de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que trata de inelegibilidade e o primeiro dia de discussão em primeiro turno da que disciplina a criação de municípios.

O senador Edison Lobão pediu ontem ao Senado que examine com profundidade os pedidos de autorização para rolagem das dívidas de estados e municípios, e fiscalize a aplicação desses recursos.

Lobão informou que as emissões realizadas para pagar precatórios resultaram no aumento do nível de endividamento dos governos e provocaram a deterioração das finanças de estados e municípios. O senador citou denúncias que apontam o desvio desses recursos para outras finalidades. Na opinião de Lobão, "ou se toma uma decisão já, ou o descalabro vai afetar o Plano Real".

Já o senador Lauro Campos criticou o planejamento econômico que reprime a demanda a pretexto de conter a inflação. Ele argumentou que o Japão tem uma taxa de inflação baixíssima e, no entanto, possui um dos mais elevados níveis de consumo do mundo. Página 3

**Brasil integra comunidade de língua portuguesa**

Página 2

# Países de língua portuguesa formam comunidade

*Senador Sarney participa da solenidade em que será instalado organismo cuja articulação começou em seu governo com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*

O presidente do Senado, José Sarney, viaja hoje para Lisboa, onde participará das solenidades de institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como convidado dos governos português e



Jose Sarney

brasileiro, e do encontro com o primeiro-ministro de Portugal, Antonio Guterres, manterá com os chefes de Estado convidados.

O novo organismo plurinacional reúne Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Brasil. O senador disse que a comunidade há muito era uma aspiração da consciência dos me-

lhores homens públicos dos sete países que a compõem. O plenário aprovou ontem requerimento do senador Sarney pedindo autorização para viajar a Lisboa, sem ônus para o

Senado.

Ele afirmou que, se os historiadores se ocuparem um dia em assinalar os marcos de sua passagem pela Presidência da República, gostaria que entre esses fatos se incluisse a pedra fundamental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O presidente do Senado explicou que foi sob seu governo que o então ministro da Cul-

tura, José Aparecido de Oliveira, reuniu os sete chefes das repúblicas lusófonas para a criação do Instituto

Internacional da Língua Portuguesa, que embasou todo o projeto de incorporação da comunidade.

## Integração é obra de três governos

Para o senador José Sarney, quis o destino que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não fosse obra de um único governo, visto que, concebido e esboçado em sua gestão, cresceu e consolidou-se no governo de Itamar Franco e será institucionalizado com Fernando Henrique Cardoso. Ele considera as perspectivas com essa comunidade tão importantes como a aber-

tura dos portos por D. João VI, em 1808.

O senador declarou que "a África e a América brasileira foram a primeira grande utopia dos portugueses. Foi a única utopia que deu certo até hoje, na história do mundo". Sarney também assinalou a importância da recente visita do estadista português Mário Soares ao Brasil para estreitamento das relações entre os dois países.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

**9h30** - Embarque para Portugal, a fim de participar da cerimônia de assinatura da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: \*PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; terceiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 23/96, que trata de inelegibilidade; e primeiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 22/96, que trata da criação de municípios.

### COMISSÕES

**10h** - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: \*PLC nº 32/96 (não terminativo), que dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização e sobre o órgão regulador. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

**10h** - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.473-20/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

**18h** - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Lançamento regional do Relatório de Desenvolvimento Humano Internacional 1996 das Nações Unidas. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

#### PLENÁRIO

**Quarta-feira (17.07.96)**

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 23/96 e segundo dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 22/96.

**Quinta-feira (18.07.96)**

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 23/96 e terceiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 22/96.

**Sexta-feira (19.07.96)**

**9h** - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 22/96.

#### COMISSÕES

**Quarta-feira (17.07.96)**

**10h** - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: Exposição da embaixadora da Polônia, Katarzyna Skórzyńska, acerca das relações econômicas Brasil-Polônia.

2ª parte: \*PLS nº 31/96 (terminativo), que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte; e \*PLS nº 32/96 (terminativo), que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

**Quinta-Feira (18.07.96)**

**9h** - Comissão destinada a definir uma Política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Lobão critica rolagem de dívidas

*Contas públicas apresentam situação de "descalabro", segundo o senador, que aponta "irresponsabilidade" na forma com que emissão de títulos vem sendo tratada*

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que o País atravessa um momento de completo "descalabro" de suas contas públicas, e condenou a "irresponsabilidade" com que o problema da emissão de dívida mobiliária vem sendo tratado. Ele pediu à Casa que examine com profundidade os pedidos de autorização para rolagem das dívidas de estados e municípios, e fiscalize a aplicação desses recursos. Na opinião do senador, "ou se toma uma decisão já, ou o descalabro vai afetar o Plano Real".

Para Edison Lobão, as emissões feitas para pagar precatórios resultaram no au-



Edison Lobão

mento do nível de endividamento dos governos e provocaram a deterioração das finanças de estados e municípios, que passaram de um superávit equivalente a 0,08% do PIB no primeiro quadri-

mestre de 95 para um déficit de 0,83% no mesmo período deste ano, conforme estatísticas do próprio Banco Central.

O senador considera que "não está havendo uma interpretação correta" do artigo 33 das Disposições Transitórias, sobre o pagamento dos precatórios judiciais pendentes, que, na sua opinião, não manda haver emissão de títulos da dívida mobiliária para que seja efetuado seu pagamento.

Além desse fato, o senador afirmou que, de acordo com noticiário da imprensa, está havendo desvios desses recursos para pagamento de

pessoas e empreiteiras. "Como o Banco Central continua propondo a emissão de novos títulos se tem conhecimento dessas irregularidades?", perguntou.

Edison Lobão criticou também informação publicada pela imprensa e atribuída ao secretário do Tesouro, Murilo Portugal, segundo a qual o governo poderá assumir essas dívidas mobiliárias, que até maio somavam R\$ 38 bilhões. "Isso é um escândalo. Murilo Portugal tem o dever de zelar pelos recursos do Tesouro. Essas dívidas não são da União, mas dos estados e municípios que não pagam suas contas", frisou o senador.

## Para Lauro Campos, consumo não gera inflação

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem o planejamento econômico que reprime o excesso de demanda a pretexto de conter a inflação, argumentando que o Japão tem uma taxa de inflação baixíssima, e no entanto possui um dos mais elevados níveis de consumo no mundo.

Ele afirmou que é de US\$34 mil a renda *per capita* dos japoneses, e portanto o consumo naquele país deveria gerar uma inflação galopante, se fosse verdadeira a tese imposta pelo FMI quando reprime os salários e, conseqüentemente, o consumo nos países onde aplica sua receita de estabilização econômica.

No entanto, há países que caem no laço do FMI, deixando-se enredar no endividamento externo - acentuou Lauro Campos, salientando que os ministros da Fazenda e do Planejamento que aceitam essa intervenção, primeiro, deixam a inflação disparar, a fim de criar o caos e assim aplicar medidas desumanas de contenção da demanda. O senador

voltou a condenar o "custo Fernando Henrique Cardoso" da política econômica, sustentando que as gerações futuras pagarão pela "inflação que o governo está escondendo de baixo do tapete".

O governo está aplicando R\$1 bilhão no setor de exportações, quando os empresários deveriam trabalhar com uma realidade cambial e assim terem lucros que lhes permitissem reajustar os salários dos seus empregados, observou Lauro, definindo esse



Lauro Campos

fato como "uma forma mascarada de inflação. Ao invés de as empresas aumentarem suas receitas, é o governo que as

subsidiava. Se os preços são subsidiados, a inflação permanece baixa e os salários não serão recompostos jamais, mas os lucros aumentam".

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que grande parte dos males da economia brasileira decorre da globalização excessiva que vigora no mundo, explicando que essa política começa a ser abandonada em muitos países, para evitar a dependência ante aqueles que se utilizam de mão-de-obra mais barata.

## Senador elogia inquérito no caso Nacional

O senador Lauro Campos elogiou o Ministério Público de Minas Gerais por ter pedido na semana passada autorização à Justiça para ouvir o presidente da República e todos os que foram ministros da Fazenda desde 1987, além do ministro da Administração e dos presidentes do Banco Cen-

tral e do Banco do Brasil, na medida cautelar de arresto dos bens de ex-dirigentes do Banco Nacional.

Lauro disse que, desse modo, o governo não mais conseguirá "colocar uma pedra sobre a verdade em torno das mazelas do sistema financeiro, como o fez ao impedir a constituição de CPI sobre o funcionamento dos

bancos no País".

O senador destacou que entre os bens arrolados em nome de José Eduardo Magalhães Pinto está uma lancha torpedo denominada de *Vida Dura*, vista por Lauro Campos "como ironia à *vida mole* do povo brasileiro, que no final é quem vai pagar a conta".



Jefferson Peres

## Para Jefferson, abertura não pode ter retrocesso

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou ontem que não deve haver retrocesso no curso de abertura do mercado, nem tampouco proteção para empresas ineficientes e monopolistas, justificando que o País "não pode ser reserva de caça desses predadores nacionais".

Segundo ele, o consumidor brasileiro foi o grande beneficiado com essa abertura, que propiciou preços mais baratos e produtos de melhor qualidade. No entanto, na sua opinião, "esse processo salutar parece ameaçado" porque o governo começou a recuar na abertura a partir dos artigos têxteis, dos automóveis e, agora, dos brinquedos.

Jefferson disse que vai acompanhar no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a pedido da Federação do Comércio da Amazônia, as investigações sobre possível *dumping* na área do cimento, em Manaus. Conforme o senador, o pedido foi feito por uma fábrica que se sente ameaçada porque os empresários da construção civil daquele estado optaram pela compra de cimento da Venezuela e de Cuba, a preços mais baixos do que os oferecidos pela empresa local.

É preciso se comprovar *dumping*. A empresa que se sente atingida, em vez de cortar os custos, ser competitiva, quer proibir a importação do produto. Ela já tem o monopólio virtual pela distância entre Manaus e o resto do País - afirmou.

# Osmar considera viciada licitação para hidrelétrica

*Senador apóia demissão do diretor da Eletrosul pelo presidente da República*

Depois de ler trechos do "grampo" da conversa telefônica entre o diretor da Eletrosul, João Roberto Lupion, com um fornecedor de equipamentos dos EUA, o senador

Osmar Dias (PR) considerou "viciada" a licitação pública para escolha dos equipamentos da hidrelétrica de Machadinho, a ser construída entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- Na conversa, o diretor da Eletrosul afirma que "o pessoal da Camargo Corrêa" ganhou a obra da hidrelétrica "sem projeto". Não dá mais



Osmar Dias

para engolir essa licitação - afirmou.

Osmar Dias apoiou o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito,

por terem demitido o diretor da Eletrosul assim que o *Jornal do Brasil* publicou a reportagem com reproduções de duas conversas, obtidas em escuta telefônica. "E eu pensava que esse tipo de conversa só acontecia com o PC e o pessoal ligado ao esquema Collor. Pois o PC morreu e a corrupção continuou", disse.

## "Erro vem de concessões"

Conforme o senador Osmar Dias, o "grampo" mostra o quanto o presidente da República errou ao fazer concessões à chamada "bancada ruralista", coordenada pelo deputado Abelardo Lupion, irmão do diretor demitido da Eletrosul. "Essa conversa mostra o que é a barganha política. Esse irmão do deputado foi colocado na diretoria da Eletrosul dentro da barganha do governo com a bancada ruralista." Osmar Dias afirmou ainda que nem sempre a bancada ruralista representa os interesses dos pequenos e médios agricultores.

- Pergunto se o deputado Abelardo Lupion tem moral

para continuar coordenando a bancada ruralista. Infelizmente, o eleitor não dispõe de meios para conhecer em profundidade em quem está votando, mas o presidente da República tem meios de saber quem é a pessoa indicada politicamente para ocupar um cargo público - afirmou.

Osmar Dias pediu que fosse transcrita nos anais do Senado a reportagem com todas as conversas obtidas através do "grampo". Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) lamentou que o STF não reconheça como prova fita de gravação de conversas, "mesmo entre um confesso corrupto e o corruptor".



Lúcio Alcântara

## Alcântara reclama autonomia para educação a distância

Faltam condições financeiras e administrativas para o êxito das atividades planejadas ou executadas pela Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação. A opinião é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que pediu a imediata regulamentação dessa secretaria e a sua autonomia financeira para que o órgão possa desenvolver adequadamente os projetos *Salto para o Futuro*, *TV Escola* e *Programa de Informática*.

### RECURSOS

Lúcio Alcântara explicou que esses projetos devem contemplar o aperfeiçoamento de professores e facilitar o ensino no País com recursos televisivos e de microcomputadores, representando alta potencialidade de transformação e atualização da escola fundamental.

Para o senador, a ausência de condições administrativas e a escassez dos recursos, entretanto, "reduzem o ritmo das realizações, afastam pessoal qualificado e levam grande insegurança", colocando em risco o sucesso dos programas. A seu ver, um projeto de tal dimensão reclama um maior entrosamento entre os governos federal, estaduais e municipais.

# Ademir pede tempo para acordo em Serra Pelada

*Comissão Especial do Senado reúne-se hoje com as lideranças do garimpo do sul do Pará para discutir as reivindicações do movimento, entre as quais nova demarcação da área*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) dirigiu ontem apelo ao presidente da República para que não mande as Forças Armadas desalojarem os garimpeiros de Serra Pelada até que seja encontrada uma solução satisfatória no impasse entre esses trabalhadores e a Cia. Vale do Rio Doce.

Ademir anunciou que a Comissão Especial do Senado incumbida de apurar a situação dos garimpeiros se reunirá hoje com as lideranças do garimpo do sul do Pará a fim de discutir as reivindicações do chamado Movimento de Libertação de Serra Pelada.

- A principal reivindicação dos garimpeiros é que as Forças Armadas, junto com eles, façam a demarcação e o levantamento topográfico para provar que a área de



Ademir Andrade

Serra Pelada está fora do quadrado de 10 mil hectares, de propriedade da Vale, determinados pelo Decreto de Lavra nº 74.509, que concedeu à empresa o direito de lavrar minério de ferro - disse Ademir.

Segundo o senador, "mais de sete mil garimpeiros estão vivendo e sobrevivendo com dificuldades, mas com muita esperança, e acreditam na ação da comissão do Senado".

## Viagem permitiu coleta de dados

Ao relatar em plenário a visita que a comissão, representada por ele e pelos senadores Ernandes Amorim (PMDB-RO) e Edison Lobão (PFL-MA), realizou a Serra Pelada, neste fim de semana, Ademir Andrade disse que o encontro com cerca de 6 mil garimpeiros foi "muito importante, porque possibilitou a coleta de dados para a elaboração do relatório, a ser encaminhado ao presidente da República, com subsídios que poderão resolver o atual estado de conflito existente na região".

Ademir disse que, conforme estava previsto, a ida dos senadores a Serra Pelada coincidiu com a presença de parlamentares enviados pela Câmara e pela Assembleia Legislativa do Pará, que também instituíram comissões

para acompanhar a questão que envolve garimpeiros e a Vale. O senador afirmou que os garimpeiros não admitem negociar com a Vale, porque a companhia está oferecendo indenização para apenas 1.900 famílias cadastradas.

- A Vale desconhece o direito mineração dos garimpeiros, pois, além de uma casa de alvenaria de 40 metros quadrados, só admite pagar R\$ 6 mil de indenização. Essa proposta reflete a má-fé e a truculência com que a companhia está fazendo prevalecer os seus direitos sobre trabalhadores humildes. A notícia da invasão da Vale e seqüestro é mentirosa. O que os garimpeiros fizeram, por algumas horas, foi apreender um trator que a Vale usava para destruir as casas de algumas famílias - disse.

# Valmir critica ação policial em colônia agrícola do DF

O líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF), disse ontem que os policiais militares e fiscais do governo do Distrito Federal usaram, na última sexta-feira (dia 12), de extrema violência contra moradores da Colônia Agrícola Vicente Pires, situada entre as cidades-satélites Guará e Taguatinga, que tentavam impedir a derubada de suas casas.

- Condene veementemente os abusos praticados pelo governo do Distrito Federal contra os moradores. A violência utilizada pela polícia e pela fiscalização é absolutamente intolerável e injustificada, e houve exageros e extrapolação do poder de

polícia. Se as casas estavam sendo construídas irregularmente, por que a fiscalização permitiu que fossem erguidas? - questionou.

Valmir Campelo afirmou ainda que o governo do Distrito Federal agiu "ao arripio da lei", já que, segundo os moradores daquela localidade, a Fundação Zoobotânica não dispunha de mandado judicial para promover a remoção. Na sua opinião, o responsável por esse episódio é o próprio governador Cristovam Buarque, que, segundo o senador, havia assegurado que, em menos de um mês depois de sua posse regularizaria todos os condomínios. "Transcorrido



Valmir Campelo

um ano e meio de administração, tudo continua tão caótico quanto antes", disse.

O senador destacou ainda que o governo petista da capital está "promovendo uma verdadeira caça às bruxas em cima do funcionalismo público brasileiro". A seu ver,

medidas adotadas pela atual gestão, como a redução dos vencimentos dos cargos em comissão e do abono dos funcionários da saúde, além do corte dos tiquetes-alimentação, revoltam não apenas os servidores, como também o comércio, que se encontra em crise.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que a legalização dos condomínios está sendo providenciada por Cristovam Buarque e estranhou o fato de Valmir Campelo defender a política do presidente Fernando Henrique de demissão do funcionalismo público e criticar ações locais para contenção de despesas.

# Joel de Hollanda homenageia sociedade de cancerologia

*Senador destaca que, ao completar 50 anos de fundação, SBC é o órgão máximo de combate à doença no País e a mais antiga instituição do gênero na América Latina*

## Palmeira adverte imprensa sobre respeito a limite ético

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse ontem sentir-se obrigado a lembrar a existência de "limites éticos e profissionais que, ultrapassados, terminam atingindo, de forma lamentável, a honra, a dignidade e a privacidade dos que nada têm a ver com as posições pessoais e os preconceitos deste ou daquele jornalista, deste ou daquele jornal".

O comentário do senador foi feito ao reclamar do tratamento dado "por uma pequena parte da imprensa à tragédia pessoal e humana que enlutou duas famílias em Alagoas". Palmeira frisou que opiniões preconcebidas, suspeitas incabíveis, realidades distorcidas e indução a erros grosseiros "não contribuem para o esclarecimento da verdade nem para a tranquilidade pública".

Sobre o episódio, Palmeira criticou também autoridades públicas que "não resistem aos apelos e pressões dos profissionais da informação, ultrapassando todas as fronteiras da conveniência, do equilíbrio e

da isenção que o exercício de suas funções exige".

O senador lamentou que esteja sendo transmitida à opinião pública nacional "uma falsa impressão de que em meu estado imperam o arbítrio, a violência, a impunidade, a conivência e a irresponsabilidade", e destacou o comportamento "exemplar, sereno, isento e imparcial do governo de Alagoas e das autoridades locais em todo esse episódio".

Guilherme Palmeira pediu desculpas por abordar uma questão regional, movido não apenas "por indignação pessoal e revolta em nome dos brios alagoanos duramente atingidos", mas principalmente em reação ao "inqualificável tratamento dado a toda a sociedade e às instituições públicas do meu estado, repito, por uma pequena parte da imprensa".



Palmeira condena opiniões preconcebidas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) homenageou ontem a Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC), que no dia 27 estará festejando seu cinquentenário. Ele disse que essa or-



Hollanda destaca o trabalho da SBC

ganização científica não-governamental e sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, é o órgão máximo de combate ao câncer no Brasil e a mais antiga entidade de cancerologia da América Latina, sendo também uma das que há mais tempo se mantém em atividade em todo o mundo.

Conforme Joel de Hollan-

da, a principal função dessa entidade é a formação profissional dos médicos que desejam especializar-se em oncologia no Brasil. Para isso, a Sociedade Brasileira de Cancerologia mantém programas educativos de âmbito nacional, por meio de um Programa de Educação Continuada, dirigido a profissionais jovens e a estudantes de Medicina.

## Entidade divulga avanços e aperfeiçoa especialistas

O senador Joel de Hollanda ressalta que, além de cumprir com reconhecida eficiência seu objetivo maior de formar cancerologistas, a SBC incentiva também a pesquisa científica e a divulgação dos avanços alcançados na área, contribuindo decisivamente para o constante aperfeiçoamento e atualização dos especialistas brasileiros.

Joel de Hollanda informou também que a SBC promove, a cada três

anos, congressos nacionais de forma a colaborar com diversos cursos e outras iniciativas de entidades que se dedicam a combater o câncer. A entidade congrega cerca de 40 instituições brasileiras de combate à doença, incluindo hospitais, serviços de prevenção e associações científicas.

Ao fazer sua homenagem, o senador elogiou o atual presidente da SBC, Adonis Reis Lira de Carvalho.

# ACM cobra recuperação de rodovias

Senador lembra que 95% da malha rodoviária encontram-se em péssimo estado e observa que a alegação de falta de recursos "não poderá ser aceita" durante depoimento de Klein

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem ter ouvido "uma declaração muito feliz" do ministro dos Transportes, Odacir Klein, por uma



ACM espera esclarecimentos

emissora de tevê, no sentido de que seu ministério irá recuperar as estradas federais que atravessam o estado da Bahia, particularmente a BR-407, que liga Senhor do Bonfim a Juazeiro. ACM

reiterou esperar que o ministro cumpra sua palavra.

Antonio Carmona observou que, por iniciativa do líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), Klein deverá prestar depoimento no plenário da Casa sobre a situação das rodovias no País. A seu ver, a

alegação de falta de recursos "não poderá ser aceita pelos senadores", mesmo porque, a continuar essa carência, "certamente o ministro não continuará no cargo".

Ele também comentou reportagem sobre o estado das rodovias brasileiras, apresentada no *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Segundo o senador, a matéria apontou, com dados estatísticos, que 95% das estradas federais encontram-se em péssimo estado.



Nabor Júnior

## Nabor atribui crise à extinção de fundo em 88

A extinção do Fundo Rodoviário Nacional, decidida na Constituinte de 1988, agravou o estado das rodovias federais, disse ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). O fundo financiava a recuperação e a construção de novas estradas, observou, e, sem ele, o Ministério dos Transportes ficou sem recursos para essas obras.

Nabor Júnior assegurou ao senador Antonio Carlos Magalhães que o ministro dos Transportes, Odacir Klein, atenderá de bom grado à convocação do Senado e "demonstrará sua boa vontade para resolver a situação das estradas federais".

O senador pelo Acre comentou que, num país continental como o Brasil, em que o transporte de mercadorias é feito basicamente através de rodovias, é necessário recuperar a malha viária.

## Comissões têm agenda cheia esta semana

Entre as atividades previstas, está o lançamento de relatório da ONU e o projeto que abre a telefonia celular às empresas privadas

Em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos a realizar-se hoje, às 18h, será feito o lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano Internacional - 1996 - das Nações Unidas. O relatório divulga perfis de desenvolvimento sócio-econômico de vários países do mundo. Na reunião, estará presente o diretor do Escritório Regional do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - para a América Latina e Caribe), Fernando Zumbado.

Na parte da manhã, às 10h, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos

(CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura fazem reunião conjunta para votação do projeto que permite a participação da



Iris, presidente da CCJ

iniciativa privada nos serviços de telefonia celular, de satélites e de comunicação de dados.

Amanhã, às 10h, comparecerá à CAE a embaixadora da República da Polônia, Katarzyna Skórzynska, para fazer uma exposição sobre as

relações econômicas entre seu país e o Brasil. Também estão incluídos na pauta da reunião os dois projetos de Lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que dispõem sobre medidas em benefício da micro-empresa e empresa de pequeno porte.

Sob a presidência do senador Iris Rezende (PMDB-GO), a CCJ votará amanhã, às 10h, o parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), à proposta de emenda de iniciativa do Executivo que modifica, entre outros, o artigo 34 da Constituição, que trata dos casos em que a União pode intervir nos estados e no Distrito Federal.

# Júlio Campos quer limitar afastamento de servidor

*Senador argumenta que pelas regras atuais um funcionário pode requerer aposentadoria proporcional aos 30 anos de serviço, tendo trabalhado efetivamente apenas 18*

## Senado manifesta pesar pela morte de Galleti, no MA

O plenário aprovou ontem requerimento dos senadores José Sarney (PMDB-AP), Ademir Andrade (PSB-PA) e Edison Lobão (PFL-MA) manifestando pesar pelas mortes do empresário Lourenço Antônio Galleti, sua esposa e um filho, ocorridas em acidente perto de Açailândia, no Maranhão. O Senado enviará condolências à família, à prefeitura de Açailândia e ao governo maranhense.

Para Ademir Andrade, Galleti era um homem simples, dedicado ao trabalho e à família. "Foi uma perda para Açailândia", disse. Edison Lobão lembrou que o empresário, dono da Expresso Açailândia, chegou à região quando a cidade ainda era um povoado.

Somente o primeiro afastamento do servidor, para estudos, tanto no País quanto no exterior, será considerado tempo de serviço público, para efeito de aposentadoria, se aprovado projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). A proposição determina, entretanto, que nos períodos de afastamento subsequentes ao primeiro - que pode ser de até quatro anos - o funcionário receba um incentivo no valor de seus vencimentos. Também garante, em qualquer dos casos, todos os direitos dos dependentes.

Júlio Campos argumenta que, pelas regras atuais, um funcionário pode requerer



Júlio Campos

aposentadoria proporcional aos 30 anos de serviço tendo trabalhado efetivamente apenas 18 anos, já que lhe é permitido, neste lapso de tempo, até três períodos de afastamento para estudos no exterior. Para o senador, a

possibilidade de que o serviço prestado por esse servidor seja de melhor qualidade, em virtude do aprimoramento técnico-intelectual obtido a partir dos estudos, "não justifica o encargo gravoso ao erário".

- Considero paternalista a lei que instituiu o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, ao aceitar a contagem plena, para todos os fins, do tempo de estudos - disse Júlio Campos, observando que o Tesouro, nesses casos, é onerado duplamente: quando banca tais estudos e quando paga proventos a servidor que se aposenta com um tempo de serviço fictício.

## Ornelas elogia artigo de presidente da Embrapa

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) reivindicou uma presença maior do setor privado nas pesquisas de novas tecnologias na área da agricultura. Ele elogiou artigo do presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal, sob o título "Feijão com arroz e tecnologia", publicado no jornal *O Globo*, no qual este enfatiza que os produtos agrícolas têm dado contribuição positiva no combate à inflação.

Segundo Ornelas, noven-

ta por cento das pesquisas de novas tecnologias para a agricultura estão hoje a cargo do setor público.

### LIDERANÇA

O senador lembrou que, nos últimos dez anos, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, liderado pela Embrapa, lançou 35 novas variedades de arroz irrigado e 15 de arroz sequeiro. A seu ver, é importante que o setor privado também participe desses empreendimentos para garantir o aumento da produção agrícola brasileira.



Waldeck Ornelas

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

**Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal**  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor da Subsecretaria de Divulgação:** Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal